

Cidadania, Novos Tempos, Novas Aprendizagens: novos profissionais?

Valdir José Morigi, CRB 10/1511
Samile Andréa de Souza Vanz, CRB 10/1398
Karina Galdino

RESUMO

Objetiva refletir sobre a cidadania no mundo contemporâneo a partir das novas questões e suas diferentes abordagens. Nesse contexto, a informação e a comunicação são concebidas como elementos essenciais para que os sujeitos sociais construam e exerçam sua cidadania. Nesse processo, os profissionais de Informação e Comunicação se colocam como mediadores. Dessa forma, nasce a necessidade de repensar sobre suas práticas e uma educação que possibilite ter um novo aprendizado que leve a uma visão global das questões atuais, para que os profissionais possam atuar diante das mudanças no cenário mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania; Cidadania Planetária; Perfil Profissional : Informação; Perfil Profissional : Comunicação.

1 INTRODUÇÃO

Com a força das Organizações Internacionais e a pressão dos movimentos sociais organizados na luta pelos direitos de cidadania, há uma tendência à universalização da Declaração dos Direitos Humanos em todo o globo. Este processo se expande através da conscientização, do acesso e do uso cada vez maior e mais constante das tecnologias de informação e comunicação, tornando possível a participação e o controle efetivo, por parte dos cidadãos, dos programas e ações dos governos nos âmbitos local, regional, nacional e internacional.

A categoria cidadão foi tratada tradicionalmente como uma categoria territorial, baseada na origem e no enraizamento dos sujeitos a um espaço físico de fronteiras delimitadas pelo Estado-nação. No entanto, as questões atuais relacionadas à agressão do meio ambiente, poluição da água e do ar e o desmatamento em um determinado país produzem efeitos em vários locais do planeta, fazendo emergir questões e problemas comuns que são compartilhados e precisam ser solucionados, pois afetam a todos. Além do uso cada vez mais constante das tecnologias de informações e comunicação que ultrapassam as fronteiras geográficas. Estaríamos diante de uma nova configuração de espaço público? Assim, parece romper-se a noção de cidadania enquanto categoria territorializada, alicerçada no modelo de cidadão estabelecido pelo pertencimento do sujeito ao Estado-nação. Com base na desterritorialização dos processos de trabalho e a dimensão e extensão dos problemas globais, que está atingindo todos os seres do planeta, as noções de cidadão e cidadania não precisariam ser ampliadas? Essas questões abrem novas perspectivas de entendimento e possibilidades para a efetivação dos mesmos em escala planetária.

Tendo em vista essa nova configuração histórico-social, o objetivo desse trabalho consiste em refletir a respeito das novas questões sobre a cidadania que se colocam diante do novo tempo e em que medida, através das suas práticas, os profissionais da Informação e da Comunicação, que se colocam como mediadores da informação e da comunicação no processo de construção da cidadania, ajudam os cidadãos a construir a sua cidadania de forma ampliada na sociedade mundializada. Qual deve ser o novo aprendizado desses profissionais para participarem desse processo?

2 O QUE É CIDADANIA?

No final do século XX assistimos, em todo o mundo, a um maior interesse pelos temas relacionados com a cidadania e o crescimento nos estudos sobre a questão. Porém, existem muitas ambigüidades em torno da definição deste conceito. Optou-se aqui por refletir sobre a categoria cidadania a partir, inicialmente, de uma abordagem clássica, indo, posteriormente, para abordagens contemporâneas.

A abordagem tradicional, que concebe a cidadania enquanto um *conjunto de direitos*, foi elaborada a partir da visão clássica de cidadania, baseada na obra *Cidadania, Classe Social e Status*, publicada em 1967, por Thomas H. Marshall. O autor fez um estudo centrado na realidade britânica da época, estabelecendo uma tipologia de cidadania: os direitos civis, conquistados no século XVIII; os direitos políticos, alcançados no século XIX; e os direitos

sociais, conquistados no século XX. Segundo o autor, não se trata apenas de uma seqüência cronológica, mas também lógica, pois foi a partir do exercício das liberdades individuais, que compõem os direitos civis, que os ingleses conquistaram o direito de votar e de participar da vida política do seu país, fazendo surgir os direitos políticos. A participação levou ao poder os operários, que criaram o Partido Trabalhista, responsável pela introdução dos direitos sociais.

Conforme aponta Carvalho (2001, p.11): “O surgimento seqüencial dos direitos sugere que a própria idéia de direitos e, portanto a própria cidadania, é um fenômeno histórico [. . .]” Segundo essa perspectiva, na sociedade ocidental o ideal de cidadania plena pode ser o mesmo (a conquista dos direitos civis, políticos e sociais). Entretanto, os percursos podem ser diferentes, com retrocessos e desvios de rumo que Marshall não previu. Vários países europeus, e mesmo o Brasil, não seguiram essa trajetória do modelo inglês. Assim, o caso inglês possuía uma lógica e a modificação, nesta lógica, transforma a natureza da cidadania.

Na abordagem de Marshall (1967), são entendidos como direitos civis os inerentes à liberdade individual: direito de ir e vir, à propriedade, à justiça, à liberdade de expressão individual e de imprensa. Fazem parte dos direitos políticos a possibilidade de exercer o poder político ou participar dele. Os direitos sociais são constituídos de tudo o que assegura condições de vida digna e bem-estar social, como o direito à educação, saúde, segurança, habitação e emprego.

A cidadania, apesar de estendida a todos, é vista pelo autor (MARSHALL, 1967, p.76) como um conjunto de direitos e deveres, geradores de uma condição de *status* social: “A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*.” Entretanto, a cidadania transcende o conjunto de direitos e deveres, já que outros elementos interferem em sua determinação, como a situação de classe social. Nesse sentido, Vieira (2001) aponta várias críticas à concepção de cidadania de Marshall, baseada nas conquistas inglesas nos séculos XVIII, XIX e XX; entre elas a forma apolítica com que o autor aborda a questão da conquista desses direitos, consolidados através de lutas; o fato de o autor ter desconsiderado a influência que a religião teve na promoção da ética do individualismo – ética protestante do capitalismo – tão cara ao processo; e a crítica marxista, que se refere à uniformização do indivíduo-cidadão, pleno e igual, indiferente às questões de classe social.

A visão político-jurídica, que se baseia na noção de direitos formais e normas prescritas, percebe a cidadania apoiada na democracia, que por sua

vez se apóia nos direitos fundamentais do cidadão: os direitos civis, políticos e sociais. Desses três direitos derivam tantos outros como, por exemplo, o acesso às novas tecnologias, direito à informação, direito do cidadão de exigir a qualidade anunciada nos produtos que compra, entre outros.

Como aponta Gadotti (2000), dessa forma restrita de compreender a cidadania derivou a *concepção consumista de cidadania*. Ela se apóia na competitividade da sociedade capitalista; uma espécie de cidadania de mercado, que dá fundamento e reforça a noção de direito dos consumidores. Essa maneira de ver a cidadania é limitada aos direitos individuais. Eles são vitais para a liberdade de ação dos indivíduos. Para a concepção liberal, a relação entre direitos e obrigações é contratual, pois a cada direito corresponde, em geral, uma obrigação. Nessa visão, a cidadania é percebida como um produto da solidariedade individual de pessoas de bem e não como um produto da ação, de luta e de conquista no interior do próprio Estado. Entretanto Canclini (1999) acredita que o consumo serve para pensar. Apesar de concebido pelo senso comum como um ato movido por compulsões irracionais, o consumo é um conjunto de apropriação e usos dos produtos, guiados pela racionalidade econômica, e não a resposta dócil aos apelos dos meios de comunicação de massa sedutores. E, como tal, constitui-se como uma propagação da disputa entre classes, agora cristalizada no consumo, um espaço de disputa social e apropriação de bens simbólicos que proporcionem *status*.

O princípio básico da cidadania se apóia na idéia de igualdade, chocando-se com as bases do capitalismo, a desigualdade social. Atualmente, quando se trata de cidadania, é imprescindível que se faça referência ao sistema capitalista, onde a cidadania pode assumir o caráter de uma concessão determinada pela condição social do indivíduo. Por sua essência baseada nas desigualdades sociais, o capitalismo acaba por determinar que a liberdade e igualdade asseguradas legalmente a todo ser humano sejam determinadas pelo papel social que o indivíduo desempenha nas práticas cotidianas e relações de trabalho. Mas essa relação conflituosa entre trabalho e capital possibilita o surgimento das utopias sociais. É nessa perspectiva de debater cidadania que o acesso à informação aparece como fundamental para o seu exercício.

O conceito político-jurídico torna-se insuficiente para entender a cidadania diante da complexidade das mudanças e transformações do contexto atual. Os impactos das tecnologias de informação e comunicação e a dinâmica da sociedade em rede propõem um repensar sobre o tema. Dessa maneira, é preciso compreender a cidadania sob suas múltiplas óticas, considerando as mudanças em curso e as novas configurações das sociedades em todo o planeta. Assim, a cidadania não pode ser encarada apenas como um conjunto de

direitos formais, mas como um modo de incorporação dos sujeitos e de grupos no cenário social.

Com a emergência da Sociedade da Informação no final do século XX e sua intensificação no início do XXI, o processo de globalização da economia, o crescimento e fragmentação das sociedades contemporâneas e consequentemente a criação de novos territórios, a noção de pertencimento ao Estado-nação entra em crise, elevando o papel das identidades socioculturais. A questão das identidades adquire uma relevância maior, as pessoas tendem a se reagrupar em torno de identidades primárias, a busca pela identidade – coletiva e individual – concedida ou construída – torna-se a fonte básica de significação social. Cada vez mais as pessoas passam a organizar os seus significados baseados nas representações que fazem de si e dos grupos aos quais pertencem. Como aponta Castells (1999, p. 397):

[...] o novo sistema de comunicação transforma radicalmente o espaço e o tempo, as dimensões fundamentais da vida humana. Localidades ficam despojadas de seu sentido cultural, histórico e geográfico e reintegram-se em redes funcionais ou em colagens de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares.

Em outro registro, Hall (1997), ao refletir sobre as construções das identidades culturais e o seu caráter na modernidade tardia, indica que a fragmentação social se propaga à medida que surgem novos grupos com identidades mais flexíveis, móveis e singulares, tornando cada vez mais difícil a capacidade de compartilhar valores sociais. O pertencimento social passa a ocorrer pelas identidades compartilhadas.

Esse novo momento pelo qual o mundo está passando pressupõe uma concepção mais contemporânea de cidadania, associada à noção de *cidadania planetária* (mundial), referida em diversas falas, discursos políticos, textos jornalísticos e publicitários através da expressão *cidadãos do mundo*. Em que consiste isso? Conforme Boff (1996), cidadania planetária é uma expressão adotada para designar um conjunto de princípios, atitudes, valores e comportamentos que demonstram uma nova visão sobre a Terra como uma comunidade única a que pertencemos como seres humanos. Nessa concepção, a nossa identidade terrena difere da cidadania global, associada ao processo de globalização, consequência dos avanços tecnológicos e científicos.

Essa concepção de sociedade mundial, de cidadania planetária, se manifesta em expressões diferenciadas como nossa *pátria comum*, nossa *humanidade comum*, *unidade na diversidade*. Isso implica uma noção diferente de

espaço, pois o cidadão agora não pertence mais unicamente a um Estado-nação territorial, mas ele passa a fazer parte de um espaço desterritorializado, ele é cidadão do planeta. Os direitos civis, políticos e sociais restritos aos territórios do Estado-nação se ampliam e, nesse novo cenário, passam a valer os direitos em sua forma ampliada, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Porém, essa desterritorialização e o pertencimento a uma cidadania planetária, que leva a um novo redimensionamento do cidadão e da cidadania, requerem também um novo aprendizado. Conforme se refere Morin (2001a, p.13), ao refletir sobre a teoria da complexidade e os princípios da reforma do pensamento:

[. . .] a hiperespecialização impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas), bem como o essencial (que ela dilui).
[. . .] os problemas essenciais nunca são parceláveis, e os problemas globais são cada vez mais essenciais. Além disso, todos os problemas particulares só podem ser posicionados e pensados corretamente em seus contextos, e o próprio contexto desses problemas deve ser posicionado, cada vez mais, no contexto planetário.

Segundo o autor, esses princípios devem levar em conta a aprendizagem cidadã. Em que consiste essa aprendizagem? Em poucas palavras, consiste em um novo ensinamento que faça uma revisão sobre o que é uma nação hoje, o que é ser cidadão no seio de uma nação, de uma cultura. A aprendizagem cidadã deve incorporar a dimensão do cidadão como pertencente a uma comunidade local, regional, nacional e também global. Isto é, oferecer a possibilidade de cada um desenvolver uma cidadania nacional, continental e também uma cidadania planetária. Assim, o ensino deve favorecer uma aprendizagem que contribua para o enraizamento de cada sujeito em sua história e sua cultura, demonstrando que elas (história e cultura) possuem vínculos com a história da humanidade e do próprio mundo.

3 O NOVO APRENDIZADO DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE MEDIAÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA

Na atualidade, a informação se constitui em um direito social se efetivando através do seu acesso: direito de ser informado. Na construção da cidadania a informação e a comunicação são processos indissociáveis e imprescindíveis um do outro. A informação é um bem simbólico, uma vez que é no plano das significações que se constroem as subjetividades dos sujeitos

sociais. Assim, o seu acesso torna-se essencial para que a cidadania se efetive de forma plena.

Dessa forma, os profissionais envolvidos no processo de mediação da informação, do conhecimento e com meios de disseminação devem se colocar como educadores. Para tal, não basta apenas realizar procedimentos técnicos, que são muito importantes para a formação do profissional. Porém, os profissionais podem ultrapassar essas atividades, buscando elementos teóricos que fundamentem e fortaleçam a sua condição de profissionais e cidadãos.

Para os profissionais do presente se conectarem com as aprendizagens do novo tempo nos apoiamos nas reflexões de Morin (2001b) sobre os *Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, que postulam uma série de aprendizados para efetivação dessa prática, saberes estes que são necessários para os profissionais do século XXI.

O conhecimento não reflete de forma fiel o mundo externo. Todas as nossas percepções são o resultado de traduções e reconstruções cerebrais, baseadas em estímulos ou sinais captados e codificados pelos nossos sentidos. Assim, todo o conhecimento está ameaçado pelo erro e pela ilusão. A subjetividade do ser humano, sentimentos tais como a raiva, a paixão, o ódio, o amor, estão presentes também na atividade científica, que não está dissociada da afetividade. Eles são responsáveis tanto pela propulsão e efervescência do conhecimento quanto por seu aprisionamento. Desta forma, o primeiro saber apontado é a identificação da origem dos erros e das ilusões: os erros mentais, os erros intelectuais, os erros da razão, as cegueiras paradigmáticas.

O segundo saber se refere aos princípios do conhecimento pertinente, ou seja, deve-se buscar o conhecimento essencial, as informações-chave do mundo. Organizando e articulando os diversos saberes é possível o reconhecimento dos conhecimentos essenciais. Nesse sentido, é necessária uma reforma do pensamento, transformando aquilo que separa e reduz pelo pensamento que distingue e une. O conhecimento das partes não precisa ser necessariamente substituído pelo conhecimento das totalidades, mas é necessário conjugá-los. Para que a pertinência se concretize a educação deve tornar evidente o *contexto*, o *global*, o *multidimensional* e o *complexo*.

O terceiro saber diz respeito à necessidade de se centrar o ensino na condição humana: o homem deve reconhecer-se em sua humanidade comum e, ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano. Torna-se necessário promover o remembramento dos conhecimentos oriundos das ciências naturais, a fim de situar a condição humana no mundo, colocando em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humana. Isso conduziria à tomada de conhecimento, por conseguinte, de

consciência, da condição comum a todos os humanos e da muito rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos, das culturas, sobre nosso enraizamento como cidadãos da Terra.

O quarto saber é ensinar a identidade terrena. Os cidadãos do novo milênio devem aprender a estar no planeta, viver, dividir, comunicar, comungar, compartilhar como os demais seres do planeta. Para que isso se concretize, devemos inscrever em nós três tipos de consciência: *antropológica* – reconhecer a unidade na diversidade; *ecológica* – habitar com todos os seres mortais a mesma biosfera; *cívica terrena* – responsabilidade e solidariedade para com os filhos da Terra.

O quinto saber trata de como enfrentar as incertezas. O futuro permanece aberto e imprevisível tal como o presente em nosso cotidiano. Da mesma forma, o conhecimento é uma aventura incerta, e a consciência do caráter incerto constitui a oportunidade de alcance do conhecimento pertinente. Assim, a educação do futuro deve se voltar para as incertezas relacionadas ao conhecimento, pois as formas de apreensão do real não são facilmente legíveis, mas são passíveis de decodificação, podendo ser traduzidos de forma errônea.

O sexto saber afirma a importância da ensinar a compreensão. Ela é necessária para garantir a solidariedade entre os diversos povos e a humanidade. Por compreensão entende-se a compreensão objetiva, intelectual, e também a compreensão humana, intersubjetiva. As tecnologias de informação e comunicação por si mesmas não trazem a compreensão. A informação, quando bem transmitida e compreendida, traz inteligibilidade, condição primeira, mas não suficiente, para a compreensão. A compreensão está relacionada com a *missão espiritual* da educação, que consiste em uma pedagogia voltada para valores capazes de construir uma moral solidária.

Morin finaliza afirmando que indivíduo, sociedade e espécie são não apenas inseparáveis, mas co-produtores um do outro. Não se pode absolutizar nenhum deles e fazer de um só o fim supremo da tríade, agindo *antropoeticamente*. Nesse contexto, os valores democráticos constituem o objetivo ético e político para o planeta. Essa é a base para ensinar o sétimo saber necessário, a ética, que compreende a esperança na completude, como consciência e cidadania planetária.

4 CONCLUSÃO

Ao refletir sobre a necessidade de repensar a reforma e reformar o pensamento, Morin (2001a) dá ênfase à superação da visão fragmentada entre os diferentes saberes constituídos, propondo uma integração entre eles, recupe-

rando o paradigma que procura compreender a totalidade do real.

No que se refere à formação profissional, os profissionais devem preocupar-se com uma visão de atuação mais ampla, menos tecnicista. Enfocando a formação ao desenvolvimento de habilidades cognitivas como interação e integração, necessárias a todos os profissionais, nas mais diversas áreas de atuação. Extrapolando a concepção de educação reprodutora, sem uma ação reflexiva e consciente, assumindo uma prática pedagógica humanística, voltada para a formação de um cidadão global.

Dessa forma, surge a necessidade dos profissionais se apropriarem do que Morin (2001a) chama de nova habilidade. Pois nesse contexto global, em que os profissionais estão inseridos, as tecnologias, práticas, técnicas e ferramentas mudam rapidamente. Sendo necessária, ao perfil do profissional desse novo tempo, a habilidade de lidar com a realidade fragmentada que o cerca, com a capacidade de religar esses saberes dispersos, de contextualizá-los e englobá-los.

Os profissionais da Informação e da Comunicação, como mediadores, são peças importantes para o conjunto social na construção da aprendizagem da cidadania planetária, pois através de suas competências específicas, integradas a concepções mais amplas, possibilitam promover atividades determinadas exclusivamente pelo seu campo restrito de atuação, *instituídas*, mas também *instituintes*.

Como educadores, suas ações devem ser pautadas em valores democráticos, solidários e de responsabilidade em relação ao planeta, considerando também o enraizamento de sua identidade nacional. Na posição de mediadores da informação, os profissionais são convidados a reverem suas práticas, adotando uma postura metodológica transdisciplinar, com a capacidade de tecer junto. Para tanto, é necessário modificar a sua visão de mundo, das próprias especialidades e de suas práticas.

Citizenship, New Times, New Learning: new professional?

ABSTRACT

Its primary goal is to reflect about citizenship in the contemporary world starting from the new questions and its different approaches. In this context, information and communication are devised up essential elements for the social characters to build and practice their citizenship. In this process, the information and communication professionals have a mediator role. In this way, there is a need of rethinking their practices and education that allows new ways of learning which bring about a global view of the present questions, so that the professionals can act in face of the changes of the global scene.

KEYWORDS: Citizenship; Planetary Citizenship; Professional Profile : Information; Professional Profile : Communication.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. **Ecologia, o Grito da Terra, o Grito dos Pobres**. São Paulo: Ática, 1996.
- CANCLINI, Néstor García. O Consumo Serve para Pensar In: _____ . **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. P.75-94.
- CARVALHO, Murilo de. **A Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v 1).
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MORIN, Edgar. **Cabeça-Bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001a.
- _____. **Os Sete Saberes Necessários para a Educação do Futuro**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001b.
- VIEIRA, Liszt. **Os Argonautas da Cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Valdir José Morigi

*Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).
Professor Adjunto no Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS e Professor no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS).
E-mail: vjmorigi@adufrgs.ufrgs.br.*

Samile Andréa de Souza Vanz

*Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS.
E-mail: samilevanz@terra.com.br.*

Karina Galdino

*Bacharel em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Federal de Alagoas.
E-mail: karinagaldino@bol.com.br*